

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno Portaria nº 2546/2010.

Unidade Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão:

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Brasília, maio de 2011

Sumário

Lista de Siglas	3
Quadro I - Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	4
Introdução.....	6
Desenvolvimento do Relatório de Gestão	7
Quadro II - Conjunto de subações constantes do Plano de Ação do Contrato de Gestão no ano de 2010.....	11
Quadro III - Indicadores de Desempenho.....	19
Resultados e Conclusões	23
Rol de Responsáveis.....	24
Apêndice I - Demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Notas Explicativas); e	
Apêndice II - Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal	33

Lista de Siglas

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIPTI	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
ANA	Agência Nacional de Águas
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
FAO	Food and Agriculture Organization
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
ICID	Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas
IDRC	International Development Research Center
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NSF	National Science Foundation
PNEf	Plano Nacional de Eficiência Energética
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SAE/PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SNCT&I	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Anexo II - Parte A - Item I - Conteúdo Geral

Informações Gerais sobre a Gestão

Quadro I - Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Não se aplica		
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT (Órgão Supervisor do Contrato de Gestão)		Código SIORG: Não se aplica à natureza jurídica do CGEE
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos		
Denominação abreviada: CGEE		
Código SIORG: Não se aplica à natureza jurídica do CGEE	Código LOA: Não se aplica à natureza jurídica do CGEE	Código SIAFI: Não se aplica à natureza jurídica do CGEE
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Associação Civil sem fins lucrativos		
Principal Atividade: Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas.		Código CNAE: 7490-1/99
Telefones/Fax de contato:	(61) 3424-9600	(61) 3424-9661
Endereço eletrônico: mmiranda@cgee.org.br; edmundoc@cgee.org.br		
Página da Internet: www.cgee.org.br		
Endereço Postal: Setor Comercial Norte, Quadra 2 Bloco A Ed. Corporate Financial Center sala 1102, Brasília, DF, CEP.: 70712-900.		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei Federal nº 9.637/98 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Não existem outras normas relacionadas que regulamentam as atividades do CGEE		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Estatuto do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; - Regimento Interno do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica à natureza jurídica do CGEE	Não se aplica à natureza jurídica do CGEE	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		

Código SIAFI	Nome
Não se aplica à natureza jurídica do CGEE	Não se aplica à natureza jurídica do CGEE
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se aplica à natureza jurídica do CGEE	Não se aplica à natureza jurídica do CGEE

Introdução

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, com vistas ao estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades na área de ciência, tecnologia e inovação.

Desde o ano de 2002 o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União Federal, supervisionado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, cujo escopo está contemplado na cláusula 1ª do contrato de gestão “(...) *estabelecimento de parceria entre as partes com vistas ao apoio à gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias por parte do Órgão Supervisor*”.

Este Relatório de Gestão está estruturado de acordo com as orientações do TCU constantes no Anexo II - Partes A e B (DN TCU nº 107/2010 e Portaria 277/2010) aplicáveis às entidades que tenham firmado contrato de gestão com a Administração Pública Federal. Portanto, são relatadas “Informações Gerais sobre a Gestão” e “Informações Contábeis que devem compor o Relatório de Gestão”. No primeiro caso, são prestadas somente informações relativas aos itens 1, 2, 9, 15 e 17, esclarecendo que o atendimento à terminologia utilizada nos itens elencados nos normativos do TCU não necessariamente se adequam à natureza jurídica do CGEE.

Por sua vez os itens 8, 10, 11 e 16 do Anexo II - Parte A - dizem respeito a informações que não se aplicam à realidade deste Centro, à luz da sua personalidade jurídica.

Desenvolvimento do Relatório de Gestão

Anexo II - Parte A - Item 2 - Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades.

Item 2, letra a) Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência Institucional; e II. Objetivos estratégicos

Criado em 2001 e qualificado como Organização Social em 2002, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE atua na área de Ciência, Tecnologia e Inovação sob a supervisão do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, no que concerne à elaboração de estudos e avaliações estratégicas, e difusão de informação e conhecimento, com o objetivo de apoiar os processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas públicas e programas em CT&I. Adicionalmente, o Centro subsidia a tomada de decisão e promove a interlocução, articulação e interação entre os atores de C&T e o setor produtivo. O CGEE norteia a sua agenda de trabalho tanto no que se refere às ações pactuadas em Contrato de Gestão firmado com o MCT como por meio de atividades constantes em contratos administrativos firmados com entidades públicas e privadas que atuam no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCT&I.

Na definição da sua agenda programática o CGEE se orienta pelos seguintes objetivos institucionais, bem como aqueles constantes do Contrato de Gestão:

Objetivos Institucionais:

- I - promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos;
- II - promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
- III - difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- IV - promover a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia e produtivo;
- V - desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e
- VI - prestar serviços relacionados à sua área de atuação.

Objetivos Estratégicos do Contrato de Gestão:

- I - promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
- II - oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação;
- III - apoiar e promover a realização dos eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira;

IV - prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo Órgão Supervisor.

Item 2, letra b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida; e II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Na condução das suas atividades o CGEE mobiliza o melhor conjunto de especialistas e instituições do País e do exterior. Estas são agrupadas em cinco Linhas de Ação, conforme descritas abaixo:

Estudos, Análises e Avaliações

O Centro desenvolve suas atividades com base na discussão de ideias orientadas para o consenso, delimitando suas ações por uma visão de futuro e pela busca da melhoria no processo de tomada de decisão. Por meio de um intenso esforço de articulação, essa atuação desenvolve-se com o objetivo de tornar conseqüentes as ações realizadas, com a efetiva utilização dos produtos e resultados pelo Sistema Nacional de CT&I. A abordagem adotada nos trabalhos incorpora a avaliação de impactos econômicos, sociais, éticos e ambientais da tecnologia.

A avaliação estratégica dos impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos ligados à área de CT&I compreende a análise dos elos entre objetivos, formas de organização e gestão, volume e estratégia de financiamento, além da participação dos atores. Busca-se, assim, compreender o esforço, os resultados e os impactos de ações relevantes e sugerir diretrizes para seu aperfeiçoamento.

O Centro trabalha no sentido de ampliar o entendimento de que a tecnologia e as mudanças tecnológicas são indutoras e resultantes de interações complexas no contexto do bem-estar social e econômico. Antecipar e entender o percurso das mudanças tecnológicas é, atualmente, um desafio para os gestores de organizações públicas e privadas. É com tal orientação que o CGEE busca contribuir para o aprimoramento do SNCT&I, por meio da geração de subsídios técnicos.

Articulação

A geração de resultados com impactos econômicos e sociais que justifiquem os investimentos públicos realizados é o grande desafio para os gestores públicos de organizações de C,T&I. Para tanto se faz necessário priorizar as aplicações de recursos na direção de uma maior eficácia. As organizações voltadas para a sociedade e com a capacidade de articular atores tornam-se, assim, o grande fator diferencial do aprimoramento do SNCT&I.

O Centro estabelece bases metodológicas para trabalho em rede, importante elemento para subsidiar a formulação de políticas públicas. Como órgão de gestão e estudos estratégicos, o CGEE busca ainda contribuir para o aprimoramento institucional do SNCT&I, com destaque para as questões da segurança jurídica e do marco regulatório. Esse eixo abrange, ainda, a análise e o desenvolvimento de novos modelos institucionais e de processos, métodos, instrumentos e mecanismos inovadores para a atualização e modernização dos sistemas de planejamento e gestão dos órgãos e redes de instituições que atuam na área de CT&I.

Apoio à Gestão Estratégica do SNCT&I

Parte importante da agenda do CGEE está orientada para a agregação de valor aos processos de formulação e implantação de políticas de CT&I mediante a mobilização e o compartilhamento de conhecimentos de formuladores de políticas, tomadores de decisão e especialistas. Além de auxiliar a gestão de programas e projetos estratégicos em CT&I, por meio de estudos e subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais, as atividades do Centro ancoram-se nas

diretrizes políticas do Governo Federal em consonância com as prioridades regionais em CT&I e compromisso com a inclusão social. As realizações do Centro, desde sua criação, confirmam seu papel estratégico no processo de construção de subsídios às políticas de CT&I.

Difusão de Informação em CT&I

A Informação, a difusão do conhecimento e a ampla circulação dos resultados dos estudos é um dos principais elementos de trabalho do Centro. As atividades relacionadas à aquisição, produção, sistematização e disseminação de dados e informações no domínio de CT&I são constitutivos da atuação do Centro na melhoria da qualidade da tomada de decisão associada a temas de interesse nacional.

As atividades de editoração do CGEE baseiam-se na interação entre o planejamento e a concepção de suas publicações, assim como os propósitos de atuação nas áreas de prospecção, avaliação, desenvolvimento regional, interação universidade-empresa, divulgação, interlocução e articulação do SNCT&I.

Gestão Institucional

A capacitação e o aprimoramento contínuo do corpo técnico e administrativo do CGEE fazem parte de processo educacional, aplicado de maneira sistêmica, através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades que permitirão o pleno atendimento da missão e dos objetivos institucionais do Centro.

Nesse contexto, o CGEE analisa e discute o marco conceitual associado às atividades centrais do CGEE (prospecção, avaliação estratégica e gestão da informação e do conhecimento), com foco no aprimoramento da qualificação dos técnicos do Centro, por meio da realização de cursos de capacitação e manutenção de Núcleo de Competências Metodológicas para a geração, adaptação e aplicação de métodos e ferramentas em foresight e avaliação.

Item 2, letra c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ; e II. Execução física das ações realizadas pela UJ.

Atividades do Contrato de Gestão

O ano de 2010 foi particularmente importante dada a assinatura do segundo Contrato de Gestão com o MCT em 27 de maio de 2010, estendendo a parceria entre o Centro e este Ministério por mais seis anos. O ato de assinatura foi realizado durante a Assembleia Geral dos Fundadores do CGEE, ocorrida na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (4ª CNCTI). Cabe destacar, ainda, a assinatura do Décimo Sétimo Termo Aditivo (17ºTA), em fevereiro de 2010, portanto ainda na vigência do primeiro Contrato de Gestão.

Em 30 de julho de 2010, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo (1º TA) a esse novo contrato, que incluiu no seu Plano de Ação 13 (treze) subações que ainda estavam em andamento e outras 28 (vinte e oito) novas subações, oriundas de demandas resultantes de entendimentos e negociações entre o Centro e a Secretaria Executiva, as Secretarias do MCT e as agências de fomento do MCT - CNPq e FINEP - que refletem, em grande medida, expectativas de vários segmentos do SNCT&I.

Ao final de 2010, de um total de 55 subações pactuadas para execução neste ano, 39 (trinta e nove) foram concluídas, das quais 15 (quinze) ainda no primeiro semestre. Em 31 de dezembro, 16 (dezesseis) subações encontravam-se em andamento.

No que se refere às 39 subações concluídas no âmbito do Contrato de Gestão em 2010, são destacadas as que se seguem: (1) Etanol – sustentabilidade, que abrangeu estudos sobre a redução

de emissões de GEE, o balanço hídrico nas regiões de expansão da cana, as alternativas para uso do bagaço e palha de cana no sequestro de carbono, além de avaliar a participação do setor sucroalcooleiro na matriz energética e outros resultados; (2) Padrões de crescimento, investimento e inovação que possibilitou a comparação dos padrões de desenvolvimento e crescimento e os elementos comuns responsáveis pelos êxitos ou pelos fracassos da economia de 14 países; (3) Estratégias para a descentralização do fomento em CT&I no Brasil sob os aspectos da política, programas e instrumentos relacionados; (4) Olimpíada de matemática que gerou subsídios para o MCT no sentido de que a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) estimule, ainda mais, o interesse pelo tema e sirva como um instrumento para a melhoria da qualidade do ensino de matemática nas escolas públicas; (5) Avaliação da Política de Informática com o objetivo de identificar, mensurar e analisar os efeitos estruturantes da Lei de Informática no Brasil na constituição da indústria de TICs no país, no período de 1998 a 2008; (6) Avaliação dos Programas Institutos Nacionais de C&T cujo objetivo foi o de elaborar o “Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Programa INCT”, incluindo a elaboração de um Plano de Ação com base na proposta preliminar de estratégia aprovada e nas orientações do Subcomitê de Avaliação do INCT (SCAA) por meio de uma parceria entre o CNPq, MCT e CGEE; (7) Oportunidades para o uso sustentável de recursos do mar com informações sobre os aspectos relacionados com a Bioprospecção do fundo do mar e com a exploração sustentável dos Recursos Minerais; (8) Nova geração de política científica e tecnológica, um estudo exploratório originado de visita feita pelo CGEE à National Science Foundation (NSF) em 2009. Posteriormente, na missão ministerial realizada em novembro do mesmo ano, foram feitas visitas e contatos formais com especialistas do exterior atuantes na área de formação de política científica e tecnológica; (9) o mapeamento dos mecanismos existentes no Brasil para o fomento e a promoção da eficiência energética; (10) Plataforma Mauá de interação de empresas, sistema de informação integrado ao Portal Inovação que cadastra perfis de empresas e seus projetos de inovação, em analogia ao que a plataforma Lattes registra de CVs de pesquisadores e grupos de pesquisa e suas respectivas produções científica e tecnológica; (11) Capacitação para o melhoramento genético de cultivos alimentares que visou orientar futuro apoio do Brasil a programas de treinamento na África e América Latina, em parceria com instituições brasileiras e a Food and Agriculture Organization (FAO), órgão das Nações Unidas; (12) Mapa do Sistema de CT&I do Brasil que teve como objetivo construir um mapa contemplando as relações e interações dos principais atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), registrando informações relacionadas com o escopo das suas atuações; (13) Apoio à consolidação do Planejamento Estratégico da Finep com foco na definição e priorização de metas organizacionais, na construção de indicadores e no desenvolvimento de metodologia para o monitoramento e execução do Plano; (14) O Apoio à gestão estratégica dos Núcleos de Inovação Tecnológica atendeu a uma demanda da SETEC/MCT e teve como objetivo apoiar tecnicamente esta Secretaria na organização e promoção de evento nacional para a disseminação e troca de experiências entre os NIT com vista ao fortalecimento dos mesmos no âmbito do Sistema Nacional de Inovação; e, (15) Atualização do Conteúdo das Bases de Dados sobre Mestres e Doutores no Brasil cujo estudo “Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira” teve por objetivo a sistematização de um amplo e detalhado conjunto de dados sobre os doutores brasileiros, informando as áreas do conhecimento, distribuição regional e estadual, programas de pós-graduação e seus conceitos na avaliação da Capes, dados de emprego, renda, setores, gênero e idade, daqueles titulados no período de 1996 a 2008.

Destaque especial deve ser dado às atividades conduzidas pelo CGEE em 2010 na preparação de subsídios técnicos para a realização da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, ocorrida em Brasília, de 26 a 28 de maio de 2010, que contou com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros de diversas áreas em debates que geraram subsídios para o aprimoramento da política de Estado para C&T. As atividades incluídas no Contrato de Gestão permitiram que fossem sistematizadas propostas advindas das 54 sessões realizadas durante a 4ª CNCTI, onde foram eleitos os principais temas transversais que balizaram as contribuições feitas por inúmeros atores do SNCT&I. Em 22 de dezembro foram lançados: (1) o Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de

Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável; (2) a Consolidação das Recomendações da 4ª CNCTI; e, (3) a Edição Especial da “Revista Parcerias Estratégicas”, editada pelo CGEE, contendo as principais contribuições feitas durante a Conferência.

Outro importante destaque das atividades executadas em 2010 foi o apoio prestado ao Governo do Estado do Ceará para a organização da Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas, a ICID 2010. Esta Conferência teve lugar em Fortaleza, entre 16 e 20 de agosto de 2010 e contou com a presença de mais de 2.300 participantes provenientes de 70 países, de todos os continentes. Praticamente todas as instituições internacionais que lidam com as questões de desenvolvimento, meio ambiente e clima, no mundo inteiro, enviaram representantes. Entre essas instituições destacaram-se a participação do Banco Mundial, do BID e das agências das Nações Unidas, como o PNUMA e as Secretarias Executivas das chamadas três Convenções do Rio: Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Combate à Desertificação.

O Quadro II a seguir relaciona o conjunto de subações constantes do Plano de Ação do Contrato de Gestão no ano de 2010, nominando as Linhas de Atividades as quais pertencem e a posição em que se encontravam ao final do ano.

Quadro II - Conjunto de subações constantes do Plano de Ação do Contrato de Gestão no ano de 2010

LINHAS DE AÇÃO	SUBAÇÕES	POSIÇÃO EM 31/12/2010
Estudos, Análises e Avaliações	Inovações Tecnológicas e Cadeias Produtivas Seleccionadas	Concluída
	Cadeia de suprimentos para o Programa Nuclear Brasileiro	Concluída
	Centro de desenvolvimento para o setor de plásticos	Em andamento
	Hidrogênio II	Concluída
	Padrões de Crescimento, Investimento e Inovação	Concluída
	Sustentabilidade - Etanol - fase II	Concluída
	Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste	Concluída
	Oportunidades para o Uso Sustentável dos Recursos do Mar	Concluída
	Estratégias para a Descentralização do Fomento em CT&I	Concluída
	Avaliação da Política de Informática – SEPIN – Etapa II	Concluída
	Olimpíada de Matemática	Concluída
	Avaliação do Programa Institutos Nacionais de C&T – INCT/CNPq – etapa II	Concluída
	Avaliação da Chamada Pública – Finep/Sebrae	Concluída
	Semicondutores Orgânicos na Indústria da Informação e Comunicação	Em andamento
	Recomendação para aprimoramento das Políticas de Informática e	Em andamento

	desenvolvimento das TICs	
	Impacto econômico das TICs – Etapa II	Em andamento
	Avaliação de impacto dos Programas de Apoio à Inovação	Em andamento
	Eficiência Energética	Concluída
	Indústrias do Futuro e Tecnologias Emergentes	Concluída
	Programa de Inclusão Digital	Concluída
	Cerceamento e Tecnologias Críticas e Sensíveis para o desenvolvimento brasileiro	Em andamento
	Sustentabilidade e sustentação de Produção de Alimentos – o papel do Brasil no cenário global – Etapa I	Em andamento
	Dimensão da CT&I no Planejamento Territorial	Em andamento
	Convergência de Agendas Territoriais – CVTs, Inclusão Digital e APLs	Concluída
	Nova geração de Política Científica e Tecnológica	Concluída
	Impacto econômico das TICs	Concluída
Articulação	Apoio à II ICID 2010 – Conferência Internacional – Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em regiões semiáridas	Concluída
	Subsídios técnicos para a realização da IV Conferência Nacional de Ciência , Tecnologia e Inovação	Concluída
	Consolidação dos resultados da IV Conferência Nacional de Ciência , Tecnologia e Inovação	Concluída
	Plataforma Mauá de Interação de Empresas no SNCT&I	Concluída
	Capacitação para o Melhoramento Genético de Cultivos Alimentares (África e América Latina) - Embrapa e FAO	Concluída
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Capacitação empresarial em consultoria de Engenharia e Inovação	Concluída
	Mapa do Sistema de CT&I do Brasil	Concluída
	Apoio à consolidação do Planejamento Estratégico da Finep	Concluída
	Apoio à Gestão Estratégica dos Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs	Concluída
	Desenvolvimentos incrementais do Portal Inovação (ambientes NIT, recorte Biotecnologia (PDP) e Sibratec	Em andamento
	Subsídios à formulação de diretrizes CT-Hidro	Em andamento
	Diversificação e consolidação dos Grupos Econômicos Privados Nacionais – Etapa I	Em andamento
	Investimento privado de risco no País em Biotecnologia	Concluída

	Avaliação dos instrumentos de apoio à P&D com foco à Lei do Bem	Em andamento
	Segurança Jurídica com relação às empresas: análise da consistência do Marco Legal Brasileiro de Apoio à Inovação	Em andamento
	Subsídios para o reposicionamento do CNPq	Em andamento
	Reposicionamento estratégico da UPE com vistas ao fortalecimento do seu papel no desenvolvimento regional	Em andamento
	Apoio Técnico às atividades do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	Em andamento
	Reuniões internacionais de alto nível	Concluída
	Produção de Notas Técnicas	Concluída
	Reunião de Especialistas	Concluída
Disseminação de Informação em CT&I Gestão Institucional	Parcerias Estratégicas	Concluída
	Publicações CGEE	Concluída
	Planejamento Organizacional – Diretrizes Estratégicas	Concluída
	Capacitação Pessoal	Concluída
	Desenvolvimento e aprimoramento de métodos e ferramentas Em Prospecção e Avaliação	Concluída
	Gestão da Informação e do conhecimento e ampliação das bases de dados do CGEE	Concluída
	Capacitação e assessoramento metodológico	Concluída
	Atualização do conteúdo das Bases de Dados sobre Mestres e Doutores no Brasil	Concluída

Atividades de Contratos Administrativos

Além das ações de interesse direto do MCT e, portanto, pactuadas no âmbito do Contrato de Gestão, em 2010 encontravam-se em execução 11 estudos oriundos de contratos administrativos, firmados com: a Embaixada Britânica, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, o Sebrae, a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação - ABIPTI, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR, o International Development Research Center - IDRC, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, Agência Nacional de Águas - ANA e os Governos dos Estados de Alagoas e do Ceará, conforme se segue:

I - Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas - ICID 2010 - Governo do Estado do Ceará

Conforme destacada acima, em 2009 o CGEE e o Governo do Estado do Ceará firmaram Contrato para a “prestação de serviços de coordenação, organização e realização da Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas, ICID + 18”. A Conferência teve a participação de cerca de 3000 pessoas, das quais 2.300 participantes nas sessões e discussões. Foram realizadas 80 sessões técnicas, em seis diferentes auditórios, além de 15 mesas de diálogo.

Durante a Conferência, os participantes aprovaram documento com recomendações para o desenvolvimento sustentável das Regiões Secas do Planeta, a assim chamada “Declaração de Fortaleza”, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico:

http://www.icid18.org/downloads/declaration/FORTALEZA_DECLARATION_ICID2010_pt.pdf,

Outras informações podem ser encontradas no site da Conferência: www.icid18.org

II - Eficiência Energética - Embaixada Britânica no Brasil

No âmbito de contrato firmado com a Embaixada Britânica o CGEE desenvolveu estudo relacionado com políticas e programas nacionais de Eficiência Energética existentes em um conjunto de países selecionados da Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de gerar subsídios para a formulação do Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME. No início de 2010, foram consolidadas as informações internacionais e nacionais de boas práticas em eficiência energética, apresentadas e discutidas em oficinas. Estas informações foram analisadas e geraram um relato encaminhado ao Ministério de Minas e Energia com sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Eficiência Energética, que entrou em consulta pública no final do mesmo ano. Com base nestas informações e nas análises feitas, foram contratadas notas técnicas, cujos resultados foram apresentados em duas oficinas realizadas no CGEE no segundo semestre de 2010, que tinham o objetivo de desenvolver subsídios para a fase de implementação do PNEf, abordando os seguintes tópicos: (1) sugestão de metodologia de avaliação *ex-ante*, que visa definir o potencial e a prioridade das diversas ações propostas no PNEf; (2) sugestão de metodologia de avaliação *ex-post*, que visa acompanhar a implementação das ações por meio de indicadores; (3) sugestão de modelo de grupo de acompanhamento da implementação do PNEf: comitê gestor; (4) sugestões de mudanças na estrutura e governança para tornar mais eficaz as execuções das medidas de eficiência energética; (5) propostas de alterações do marco legal, de forma a viabilizar as sugestões acima; (6) sugestão de um Plano inicial de implementação do PNEf para o próximo biênio (2011-2012).

III - Agendas Tecnológicas Setoriais (ATS) - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Este contrato tem como objetivo a elaboração de Agendas Tecnológicas para 10 setores da economia, constituídas pelo conjunto de ações tecnológicas relevantes para a competitividade dos setores selecionados. Todas as etapas de trabalho do Projeto ATS vêm sendo desenvolvidas no âmbito dos Comitês Executivos da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP, e contam com intensa participação do setor privado na seleção, priorização e preparação das agendas a serem trabalhadas. Em 2010 foram concluídas as ATS para cinco setores: Plásticos; Têxtil e Confecção; Construção Civil; Couro e Calçados; e Eletrônica para Automação; e outras foram duas iniciadas: Siderurgia; e Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. O resultado do trabalho realizado em 2010 consistiu na identificação de um total de 36 ações tecnológicas, que geraram 21 projetos de apoio à CT&I produzidos com a participação de cerca de 200 colaboradores, entre consultores especialistas, técnicos do Governo e representantes de empresas privadas.

IV - Avaliação da Chamada pública FINEP/SEBRAE 10/2005 - SEBRAE

O objetivo desse contrato foi o de realizar uma avaliação de resultados e de processo da Chamada Pública Finep/SEBRAE 10/2005, de forma complementar aos aportes feitos pelo MCT no Contrato de Gestão para esta avaliação. As atividades conduzidas em 2010 foram discutidas em reuniões realizadas com os gerentes e técnicos do SEBRAE Nacional e da Finep, para delimitação do escopo e para o alinhamento das expectativas em relação ao resultados potenciais do estudo. Os produtos obtidos em 2010 foram: (1) Base digital de dados dos 69 projetos financiados, contendo informações dos seus planos de trabalho; dos relatórios técnicos finais de cada projeto contratado e dos relatórios técnicos consolidados do conjunto de projetos contratados em cada estado; (2) Relatório Preliminar sobre a avaliação de processo, que contém a análise do processo e dos instrumentos de implementação da chamada; o levantamento dos entraves e dificuldades na implementação dos projetos; a identificação de boas práticas de implementação dos projetos; a apreciação do processo de descentralização do fomento de CT&I envolvido nesse programa, assim como uma proposta de melhorias de processo e de instrumentos para a continuidade da parceria Finep/SEBRAE para apoiar a inovação nas micro e pequenas empresas; (3) Relatório Preliminar sobre os parâmetros da avaliação e os instrumentos de coleta de dados, que contempla: (a) definição das dimensões a serem avaliadas no estudo e seus respectivos indicadores e métricas; e (b) os instrumentos de coleta de dados primários (questionários e roteiros de entrevistas); e (4) Relatório final da avaliação, em que são apresentados: (a) uma avaliação dos resultados alcançados pelo conjunto dos 69 projetos recomendados, assim como: (b) consolidação dos principais resultados do relatório de avaliação de processo e uma análise de suas principais implicações para os resultados dos projetos recomendados; e (c) uma proposta de metodologia de avaliação sistemática para as chamadas e encomendas em curso no âmbito da parceria Finep/SEBRAE.

V - Carvão Vegetal - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Em 2010 CGEE concluiu estudo contratado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC sobre as possibilidades nacionais para o incremento do carvão vegetal na siderurgia brasileira com o objetivo de levantar subsídios para a política industrial voltada para esse setor. Ao longo desse ano foi realizada uma ampla análise envolvendo especialistas acadêmicos, lideranças empresariais e governamentais, com o objetivo de identificar um conjunto de ações visando permitir que se atinja 100% desse insumo, tendo como origem a floresta plantada. Além de indicações para a superação dos problemas identificados, foram revelados os ganhos

comprovados na redução de emissões de gases de efeito estufa quando se usa o carvão vegetal. No âmbito deste contrato foram gerados, ainda, subsídios que embasaram a posição brasileira junto a Conferência Internacional de Mudanças Climáticas.

VI - “Opening up natural resource-based industries for innovation: new pathways for development in Latin America”, desenvolvido para o International Development Research Center - IDRC

O projeto, desenvolvido para o IDRC (Agência Canadense), conta com uma equipe latino-americana que cobre os três países selecionados: Brasil, Argentina e Chile. Seu propósito é averiguar a possibilidade de desencadear estratégias de inovação e desenvolvimento tecnológico que promovam a agregação de valor nas cadeias produtivas associadas à base de recursos naturais desses países, a partir da utilização, em larga escala, de conhecimentos técnico-científicos de ponta. Parte-se da idéia de que tais países nunca conseguiram transformar sua pujança no mercado de commodities em trampolim para acessar plenamente e desenvolver competências em áreas da fronteira do conhecimento científico e tecnológico. Até dezembro de 2010, foi concluída sua primeira fase de planejamento e estudos preliminares, tendo sido produzidos um conjunto de notas técnicas voltados ao aprofundamento das concepções teóricas, ao detalhamento da metodologia de análise das bases de dados e setores potencialmente mais significativos para cada contexto nacional e à realização do primeiro workshop de discussão entre os membros da equipe.

VII - “Patrocínio para elaboração do livro: A questão da Água no Nordeste”, desenvolvido em parceria com a ANA

Esta atividade faz parte de Contrato de Patrocínio firmado entre o CGEE e a Agência Nacional de Águas - ANA em 28 de dezembro de 2010, dando origem à parceria com o objetivo de debater aspectos relevantes sobre o tema “Água no Semi-Árido do Nordeste. O CGEE promoveu em parceria com a ANA uma série de seminários durante o ano de 2009, que abordaram diversos assuntos relacionados ao tema, envolvendo desde aspectos climáticos e ambientais, passando pelas ações de política pública direcionadas ao problema das secas até a análise de questões relacionadas ao projeto de integração de bacias à bacia do Rio São Francisco, integrante do PAC. O sucesso dessa série de seminários instou ambas as instituições a comporem parceria para a edição e publicação de um livro, que mantém as temáticas tradas naqueles seminários.

VIII - Avaliações Estratégicas para subsídios ao Projeto Brasil 2022 - Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República

Em 2010 foi conduzido um conjunto de estudos de interesse da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR, a saber: (1) Avaliação da Efetividade das Políticas Públicas Praticadas em nove dimensões da Ação Governamental; (2) Avaliação da Eficácia das Políticas Públicas Praticadas; (3) Mapa preliminar sobre a quantidade e titularidade de carbono na Floresta Amazônica; (4) Mapa preliminar sobre a quantidade e titularidade de carbono na Floresta amazônica; (5) Caracterização da rede de cidades; (6) Cenários prospectivos do Brasil policêntrico; (7) Governança institucional das cidades, dos quais os quatro primeiros foram concluídos ainda nesse ano. São apresentados a seguir resumos das atividades conduzidas. Os resultados deste contrato deram origem ao livro “Projeto Brasil 2003 - 2010: trajetórias e desafios” que se encontra disponível no site institucional do CGEE na web.

IX - Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Tomando-se como base evento realizado em 2009 no âmbito deste contrato, o CGEE trabalhou na finalização da redação dos anais do evento, o que demandou a contratação de serviços de tradução e de redação de textos a partir dos materiais preparados pelos palestrantes convidados, e a análise das transcrições das palestras apresentadas durante o mencionado evento.

X - Planejamento Estratégico da ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica

A Abipti contratou o CGEE no último trimestre de 2009 para a elaboração do seu Plano de Gestão Estratégica (PGE). Esta atividade teve como objetivo a realização de estudos voltados para a (1) definição da visão de futuro, (2) estabelecimento do foco de atuação e das diretrizes estratégicas para a Abipti, visando melhor atender aos anseios do seu quadro de associados quanto ao papel desta instituição no desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade brasileira. Para tanto foi necessário identificar e analisar o conjunto de fatores que influenciam ou interferem na atuação presente e futura da instituição; identificar, analisar e indicar as oportunidades e ameaças que se apresentam no seu ambiente gravitacional, bem como propor um conjunto de ações que deverão ser consideradas no médio e no longo prazo pela Abipti para manter e aprimorar o seu papel junto aos associados e à Sociedade em geral. A metodologia utilizada esteve centrada em dois vetores orientadores. O primeiro voltado para as Estratégias da Organização e o segundo orientado para o Desenho Organizacional. A construção do Plano de Gestão Estratégica da Abipti mostrou ser um importante instrumento para o planejamento e reavaliação do papel da Associação frente a seus associados e ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

XI - Projeto Xingó - Governo do Estado de Alagoas

A contratação do CGEE pelo Governo do Estado de Alagoas, em dezembro de 2010, teve como objetivo principal a prestação de serviços especializados para a construção das bases para um plano de desenvolvimento para a Mesorregião de Xingó. Esta Mesorregião é composta por 79 municípios e abrange os estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Sergipe. O objetivo do Governo do Estado de Alagoas é o de alavancar iniciativas que possibilitem futuras ações conjuntas e orquestradas entre os quatro estados, com a participação da União, que possam resgatar, a partir de um projeto único, o ideário do “compromisso social” dos estados que se beneficiaram com os grandes projetos de geração de energia instalados na região. Para tanto, prevê-se a condução de análises e estudos sobre as iniciativas e empreendimentos pretéritos e presentes sobre as potencialidades da região, visando à elaboração de proposta de alternativas e de um modelo cooperado de governança para implantação desse projeto denominado “Projeto Xingó”. O foco dos trabalhos está voltado para o desenho de estratégias para a sub-região compreendida pelos 18 municípios da Mesorregião, pertencentes ao Estado de Alagoas. Nessa sub-região o CGEE irá coordenar e desenvolver exercício coletivo de análise e avaliação, interna e externa a sub-região, por meio de processo participativo do qual deverão participar as principais lideranças locais e especialistas em C&T e desenvolvimento regional.

Item 2, letra d) Desempenho Orçamentário e Financeiro:

I. Programação Orçamentária das Despesas; e II. Execução Orçamentária das Despesas.

Dada a sua natureza - Organização Social - o CGEE não adota o modelo de elaboração orçamentária aplicável as Instituições Públicas. Sua programação de gastos obedece ao critério de estimativa e é resultado das discussões feitas com o órgão supervisor - MCT - por ocasião da negociação das ações / subações e das respectivas metas de desempenho, formalizadas por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. O CGEE possui Plano de Contas próprio onde realiza o acompanhamento da execução financeira do Contrato de Gestão e periodicamente, por ocasião da assinatura dos Termos Aditivos, renegocia todos os saldos apurados com vista à sua reutilização em novas atividades.

Historicamente, a execução orçamentária por parte do órgão supervisor - MCT - não tem sido impeditiva para a realização das atividades previstas e ao atingimento das metas pactuadas. A distribuição irregular dos valores contratados ao longo de 2010 foi novamente verificada e, o cumprimento das metas pactuadas somente foi possível dada à flexibilidade de utilização dos saldos de ações concluídas.

III. Indicadores Institucionais.

Anualmente são fixados por Termo Aditivo os indicadores de desempenho a serem utilizados na avaliação dos resultados do Contrato de Gestão, os quais recebem o título de “Indicadores de Produtividade do Plano de Ação”. Para o ano de 2010, após dois termos Aditivos - 17º do antigo e 1º do Novo Contrato de Gestão - os Indicadores foram consolidados conforme demonstrado no Quadro III, abaixo:

Quadro III - Indicadores de Desempenho

“INDICADORES DE PRODUTIVIDADE DO PLANO DE AÇÃO - PRAZOS E PESOS”

Item	Linha de Ação	Indicador	Prazo	Pesos
1	Estudos, Análises e Avaliações	Concluir 18 (dezoito) subações	31.12.2010	4
2	Articulação	a) Concluir a ação de planejamento e a organização da IV Conferência Nacional de C&T b) Concluir a ação apoio à II ICID 2010 - Conferência Internacional - Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas	31.12.2010	2
3	Apoio à Gestão Estratégica do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação	Realizar 06 (seis) Reuniões de Especialistas em Ciência, Tecnologia e Inovação e elaborar 04 (quatro) Notas Técnicas	31.12.2010	2
4	Disseminação de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação	Editar e publicar 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas e 12 (doze) trabalhos técnicos realizados pelo CGEE	31.12.2010	1
5	Gestão Institucional	a) Realizar curso de metodologia sobre Cenários e Análise de Patentes, Cientometria e Text-Mining b) Desenvolver a evolução tecnológica e consolidar a ferramenta de “Consulta Estruturada” via web	31.12.2010	1

Anexo II - Parte A - Item 8 - Lei 8730 de 10/11/1993 - Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências.

Não se aplica à natureza jurídica do CGEE.

Anexo II - Parte A - Item 9 - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Procedimentos de controle; d) Informação e Comunicação; e e) Monitoramento.

Pela sua natureza - Organização Social - o CGEE não está submetido ao modelo de Controle Interno das Instituições Públicas, no entanto adota mecanismos de acompanhamento de sua execução financeira, com relatórios trimestrais sujeitos à apreciação do seu Conselho Fiscal em reuniões realizadas sempre antecedendo as reuniões de seu Conselho de Administração.

Além disso, o CGEE possui um sistema de acompanhamento de execução de ações e subações onde são registradas as atividades desenvolvidas em cada uma delas, o qual é utilizado para a emissão automatizada do Relatório Parcial de Acompanhamento e do Relatório Anual do Contrato de Gestão, aprovados pelo Conselho de Administração e, submetido à Comissão de Acompanhamento e Avaliação, do órgão supervisor - MCT - e a posterior homologação pelo Ministro de Ciência e Tecnologia.

Adota ainda o mecanismo de divulgação de seus Relatórios, Contas e Balanços no Diário Oficial da União e em jornal de circulação nacional, conforme cláusula específica constante do Contrato de Gestão, bem como mantém essas informações publicadas em seu site na Internet.

Anexo II - Parte A - Item 10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Não se aplica à natureza jurídica do CGEE.

Anexo II - Parte A - Item 11 - Informações sobre o patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da união ou locado de terceiros

Não se aplica à natureza jurídica do CGEE.

Anexo II - Parte A - Item 15 - Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento.

No exercício de 2010 este Centro atendeu as deliberações do TCU conforme segue:

- 1) Diligência - Por intermédio do Ofício 1060/2010-TCU/SECEX-6 de 14/09/2010 (Processo nº 022.908/2010-2 apartado do TC 020.452/2008-1- Ref.: Acórdão 4359/2010), para a qual este Centro apresentou “manifestação” encaminhada pela Ct. CGEE nº 230/2010 datada de 05 de novembro de 2010.
- 2) Comunicação de Deliberação - Por intermédio do Ofício 426/2010-TCU/SECEX-6 de 18/11/2010 (Processo nº 027.747/2010-7 – Ref.: Acórdão 3041/2010), o Centro se manifestou por intermédio do “Recurso de Reconsideração” em 07/12/2010.

Anexo II - Parte A - Item 16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Não se aplica à natureza jurídica do CGEE.

Anexo II - Parte A - Item 17 - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Nada a informar

Anexo II - Parte B - Item I - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Não se aplica à natureza jurídica do CGEE.

Anexo II - Parte B - Item 2 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Não se aplica à natureza jurídica do CGEE.

Anexo II - Parte B - Item 3 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Apêndice I - Demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Notas Explicativas)

Anexo II - Parte B - Item 4 - Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Não se aplica à natureza jurídica do CGEE.

Anexo II - Parte B - Item 5 - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Apêndice II - Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal

Resultados e Conclusões: informações sucintas sobre a atuação da unidade frente aos objetivos traçados para o exercício de referência; principais ações a serem desenvolvidas no exercício seguinte para mitigar as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos da UJ no exercício.

O ano de 2010 foi especialmente importante para o CGEE, pois nele foi formalizada a renovação do Contrato de Gestão mantido com o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Esse importante marco se deu por ocasião da 4ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, no dia 27.05.2010 e estabeleceu um horizonte de seis anos de vigência, até junho de 2016.

Além disso, durante o ano 2010 o CGEE conduziu e teve papel preponderante para a realização de dois grandes eventos: a já referida “4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação” e a “II ICID + 18 - Conferência Internacional do Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas”. Tanto um quanto outro representaram metas pactuadas no contrato de gestão, sendo que no caso da II ICID o principal financiador foi o Governo do Estado do Ceará, que contratou o CGEE para a organização desse importante evento internacional.

Para o fomento de suas atividades o CGEE firmou com o MCT / FINEP dois termos aditivos - 17º Termo Aditivo ao primeiro Contrato de Gestão e o 1º Termo Aditivo ao novo Contrato de Gestão, assinado em 27.05.2010. Estes dois instrumentos garantiram um montante de R\$ 24.600.000,00 (vinte e quatro milhões e seiscientos mil reais) suficiente para a execução de 55 ações / subações organizadas em cinco Linhas de Ação além de assegurar o fomento ao CGEE como um todo. Desse total, foi efetivamente recebida no correr do ano a importância de R\$ 14.810.000,00 (quatorze milhões oitocentos e dez mil reais). O valor restante correspondente aos recursos previstos no 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão somente foram repassados no primeiro dia útil de 2011. Tal fato não acarretou transtornos maiores à consecução das atividades pactuadas pela possibilidade de utilização dos saldos acumulados de ações já concluídas, evidenciando ainda a importância da manutenção de uma Reserva Técnica.

Embora o Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT não tenha sido ainda entregue ao CGEE, o Relatório Anual 2010 do Centro informa que todas as metas fixadas foram atingidas e obtidos os resultados pactuados no Contrato de Gestão.

Rol de Responsáveis

1 - MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

MARCO ANTONIO RAUPP

Data início: Termo de Posse – 24/01/2010

CPF: 076.608.601-44

Representante da SBPC

Endereço: Rua Maria Antonia, 294 - 4º andar

CEP: 01222-010 – São Paulo - SP

Fone: (11) 3259.2766

E-mail: mraupp@lncc.br ou presidente@aeb.gov.br

CONSELHEIROS:

MEMBROS NATOS

EDUARDO MOACYR KRIEGER

Posse – 24/01/2006

Término – 23/01/2010

CPF: 015.326.428-49

Representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC

Rio de Janeiro - RJ

Fone: (11) 3069 5048

Endereço para correspondência:

INCOR: Instituto do Coração do Hospital das Clínicas - Unidade Clínica de Hipertensão Arterial

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 44

São Paulo - SP

CEP: 05403-000

E-mail: edkrieger@incor.usp.br

CARLOS ALBERTO ARAGÃO DE CARVALHO

Posse – 24/10/2010

CPF: 337.000.447-04

Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Endereço: CNPq - SEPN 507 Bloco B - 3º andar - Ed. Sede do CNPq

CEP: 70740 901 - Brasília - DF

Fone: (61) 2108- 9401

E-mail: presidencia@cnpq.br

CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE XAVIER

Posse – 29/06/2006

CPF: 008.443.146-68

Representante do Ministério da Educação

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco L

CEP: 70047-900 - Brasília - DF

Fone: (61) 2104-8507

E-mail: carlosxavier@mec.gov.br

FRANCELINO LAMY DE MIRANDA GRANDO

Posse – 06/03/2008

CPF: 625.769.688-72

Secretário de Tecnologia Industrial

Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Fone: (61) 2109-7133

E-mail: francelinogrando@desenvolvimento.gov.br

ISA ASSEF DOS SANTOS

Posse – 06/03/2008

Representante da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI

CPF: 022.729.112-34

Endereço: Av. Gov. Danilo Areosa, 381

Distrito Industrial - Manaus -AM

CEP: 69075-351

Fone: (92) 3613-2644

E-mail: isa.assef@fucapi.br

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

Posse – 27/06/2007

CPF: 797.578.477-04

Representante da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

Rio de Janeiro-RJ

Fone: 21 2555 0700/0701

Endereço: Praia do Flamengo, 200 -13º andar

CEP: 22210-030 - Rio de Janeiro - RJ

E-mail: presidencia@finep.gov.br

LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES ELIAS

Posse - 27/06/2007

CPF: 549.900.767-53

Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco E

CEP: 70067 900 - Brasília - DF

Fone: (61) 3317-7603

E-mail: elias@mct.gov.br; executiva@mct.gov.br

HUGO BORELLI RESENDE

Data início: Posse - 30/08/06 até 07/07/2010

CPF: 330.213.096-15

Representante da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras - ANPEI

Endereço: Rua Helena, 170 - 13º andar - cj. 134 - Vila Olímpia

CEP: 04552-050 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3842-3533

E-mail: hresende@embraer.com.br

MARIA ANGELA DO REGO BARROS

Data início: Posse – 24/08/2010

CPF: 874.867.768-04

Representante da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras - ANPEI

Endereço: Rua Helena, 170 - 13º andar - cj. 134 - Vila Olímpia

CEP: 04552-050 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3842-3533

E-mail: wab034@motorola.com

MARCO ANTONIO REIS

Posse – 12/12/2006

Término – 23/01/2010

CPF: 595.425.357.91

Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI

Endereço: SBN - Quadra 01 - Bloco B - 12º andar

CEP: 70041-902 - Brasília - DF

Fone: (61) 3317-9467

E-mail: guarita@cni.org.br

RAFAEL ESMERALDO LUCCHESI RAMACCIOTTITA

Posse – 24/01/2010

CPF: 431.712 .655-91

Confederação Nacional da Indústria - CNI - Brasília – DF

Endereço: SBN - Quadra 01 - Bloco B - 12º andar

CEP: 70041-902 - Brasília - DF

Fone: (61) 3317-9467

E-mail: lucchesi@cni.org.br

MEMBROS ELEITOS

RENÊ TEIXEIRA BARREIRA

Data início: Posse - 29/09/08

CPF: 018.207.963-53

Representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de C&T

Endereço: Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz

CEP: 60511-820 - Fortaleza - CE

Fone: (85) 3101-6406

E-mail: renebarreira@sct.ce.gov.br

JORGE LUÍS NICOLAS AUDY

Data início: Posse – 24/01/2010

CPF: 408.344.250-68

Representante do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior - FOPROP

Endereço: Avenida Ipiranga 6681 – Prédio 1 – 3º andar – Sala 302

CEP: 90619-900 – Porto Alegre - RS

Fone: (51) 3320.3513

E-mail: audy@puers.br

CARLOS AMÉRICO PACHECO

Data início: Posse – 24/08/2010

CPF: 005.317.578-62

Representante dos Associados do CGEE

Instituto de Economia - UNICAMP

Endereço: Caixa Postal 6135

CEP: 13083-970 - Campinas/SP

Fone: (19) 3788-5715

E-mail: carlos_pacheco@terra.com.br

GERALDO JOSÉ CORREA

Data início: Posse – 24/01/2010 até 15/04/2010

CPF: 289.592.059-15

Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE

Endereço: SEPN Q. 515 Bloco C loja 32

CEP: 70770-900 - Brasília/DF

Fone: (61) 3348-7100

E-mail: geraldocorrea@sebrae.com.br

EDSON FERMANN

Data início: Posse – 13/05/2010

CPF: 004.143.768-38

Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE

Endereço: SEPN Q. 515 Bloco C loja 32

CEP: 70770-900 - Brasília/DF

Fone: (61) 3348-7100

E-mail: e.fermann@greco.com.br

CLEMENTE GANZ LÚCIO

Data início: Posse – 24/01/2010

CPF: 298.827.029-53

Representante do Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais - DIEESE

Endereço: R. Ministro Godoi, 310 - Perdizes

CEP: 05001-900 - São Paulo/SP

Fone: (11) 3874-5366 / 5383

E-mail: clemente@dieese.org.br

GUILHERME ARY PLONSKI

Data início: Posse – 24/01/2010

CPF: 576.650.608-20

Representante da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC

Endereço: SCN Q.01 Bloco C salas 209 a 211

Ed. Brasília Trade Center

CEP: 70711-902 - Brasília/DF

Fone: (11) 3767-4433 / 4033 / celular: (11) 9638-1245

E-mail: plonski@ipt.br / anprotec@anprotec.org.br

ALYSSON PAOLINELLI

Data início: Posse – 24/01/2010

CPF: 004.071436-53

Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

Endereço: R. Ceará, 1735 - apto. 902

CEP: 35311-350 - Belo Horizonte - MG

Fone (31) 9955-7852

E-mail: alysson.paulinelli@hotmail.com / alysson@listen.com.br

MARIO NETO BORGES

Data início: Posse: 19/03/2009

CPF: 257.786.506-63

Representante do Forum Nacional das Fundações de Amparo a Pesquisa – Confap

Presidente da Fapemig

Endereço: Rua Raul Pompéia, 101 – 11º andar – São Pedro

CEP: 30330-080 – Belo Horizonte

Fone: (31) 3280-2151

Email: marioneto@fapemig.br

2 - MEMBROS DA DIRETORIA DO CGEE:

PRESIDENTA

LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO

Eleita - 24ª Reunião do CA - 01/11/2005

Posse - 14/12/2005

CI: 817.505 SSP-PE

CPF:148.545.544-87

Endereço: Brasília Alvorada Hotel, localizado na Via L4 Norte, Estrada de Hotéis e Turismo Norte, Trecho 01, Lote 01/B, Polo 3 do Projeto Orla, Brasília/DF

Tel.: (61) 3429-8000

lmelo@cgee.org.br

DIRETOR EXECUTIVO

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Eleito - 3ª Reunião CA - 24/01/2002

CI: 02754018-6 - IFP-RJ

CPF: 618.397.877-91

Endereço: SQN 309 Bl. "C" Apto 606 - Brasília-DF

CEP: 70755-030

Tel: (61) 3877-2827

mmiranda@cgee.org.br

DIRETOR

ANTONIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO

Resolução CA nº 049/2006

CI: 438.478 - SSP/DF

CPF: 185.466.171-04

Endereço: SQS 203 - Bloco F - apto. 603- Brasília - DF

CEP: 70233-060

Fone: 3223-8399

agalvao@cgee.org.br

DIRETOR

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO

Resolução CA nº 55-A/2006 - 29/06/2006

Data início: Posse - 01/08/2006

CI: 02107126-1 - SSP/RJ

CPF: 204.240.867-00

Endereço: SHN - Qd. 2 - Bloco H - Metropolitan Flat

CEP: 70702-905 - Brasília - DF

Fone: (61) 3424-9603

E-mail: rizzo@cgee.org.br

GESTOR ADMINISTRATIVO (DELEGAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº 05/2002)

EDMUNDO ANTONIO TAVEIRA PEREIRA - a partir de 11/02/2008

Data início: Posse - Ordem Interna nº 085/2008 - 11/02/2008

RG: 2540414 - IFP/RJ

CPF: 182.091.737-15

Endereço: Condomínio Jardins do Lago - Q.02 - Conj. K - Casa 08 - Lago Sul

CEP: 71680-376 - Brasília - DF

Fone: (61) 3427-2211

E-mail: edmundo@cgee.org.br

Apêndices I e II


**Apêndice I - Demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Notas Explicativas); e
Apêndice II - Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal**


CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
BALANÇO PATRIMONIAL

 Em 31 de dezembro de 2010
 CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO			PASSIVO		
	2010	2009		2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	22.163.303,31	23.464.835,57	PASSIVO CIRCULANTE	1.700.229,44	1.573.636,77
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.580.845,24	22.478.551,33	Encargos Sociais a Recolher	237.755,85	209.521,42
Bancos/caixa	501.484,10	304.148,00	Encargos Tributários a Recolher	196.682,49	184.396,25
Aplicações Financeiras	11.079.361,14	22.174.403,33	Fornecedores	380.873,09	271.378,04
OUTROS VALORES A RECEBER	10.582.458,07	986.284,24	Provisão para Férias e Encargos	884.617,66	908.341,06
Clientes	9.908.481,92	330.335,55	Adiantamento de Terceiros	300,35	0,00
Adiantamento a Fornecedores	167.645,04	78.757,79			
Impostos a Recuperar	45.743,27	43.452,84			
Adiantamento de férias	275.465,45	280.667,89			
Outros Créditos	0,00	1.070,17			
Títulos de Capitalização - BB	154.000,00	252.000,00			
Despesas do Exercício Seguinte	31.122,39				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	823.293,28	968.805,23			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	132.380,00	162.000,00			
Títulos de Capitalização	132.380,00	162.000,00			
IMOBILIZADO	615.688,40	723.797,06	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	21.286.367,15	22.860.004,03
Bens e Direitos em Uso	1.794.991,14	1.816.809,25	RESERVAS	5.916.479,32	5.916.479,32
(-) Depreciações Acumuladas	(1.179.302,74)	(1.093.012,19)	Reserva Técnica	5.916.479,32	5.916.479,32
INTANGÍVEL	75.224,88	83.008,17	SUPERÁVIT ACUMULADOS	15.369.887,83	16.943.524,71
Sistemas Aplicativos - Software	386.182,54	359.633,74	Superávit de Exercícios Anteriores	16.942.137,36	14.826.712,57
(-) Amortizações Acumuladas	(310.957,66)	(276.625,57)	Déficit/Superávit do Exercício	(1.572.249,53)	2.116.812,14
TOTAL DO ATIVO	22.986.596,59	24.433.640,80	TOTAL DO PASSIVO	22.986.596,59	24.433.640,80


LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
 Presidenta
 CPF 148.545.544-87


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
 Assessor Financeiro e Contábil
 Contador CRC-DF 000656/O-8
 CPF 000.068.151-20


CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

 Em 31 de dezembro de 2010
 CNPJ 04.724.690/0001-82

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
(+) RECEITA BRUTA	<u>29.411.316,66</u>	<u>25.594.229,61</u>
Transferências da União	24.600.000,00	22.630.000,01
Serviços Prestados a Terceiros	4.803.233,88	2.936.887,27
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	8.082,78	27.342,33
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>(211.333,54)</u>	<u>(112.072,07)</u>
ISS sobre Faturamento	(211.333,54)	(112.072,07)
Cancelamento de notas fiscais		0,00
(=) RECEITA LÍQUIDA	<u>29.199.983,12</u>	<u>25.482.157,54</u>
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(32.082.838,30)</u>	<u>(24.694.499,62)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(2.022.801,88)	(1.625.988,43)
Despesas com Pessoal e Encargos	(11.805.917,30)	(11.467.811,54)
Serviços de Terceiros	(8.977.381,37)	(6.291.591,47)
Alugueis e Arrendamentos	(1.312.944,34)	(1.388.012,34)
Impostos e Taxas	(41.261,92)	(41.247,73)
Diárias	(1.363.637,37)	(1.350.769,96)
Passagens	(2.228.869,39)	(1.767.371,51)
Promoções e Eventos	(4.075.789,46)	(446.985,62)
Outras Despesas Operacionais	(22.009,87)	(20.059,30)
Depreciações e Amortizações	(232.225,40)	(294.661,72)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	<u>(2.882.855,18)</u>	<u>787.657,92</u>
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	<u>1.310.605,65</u>	<u>1.329.154,22</u>
Despesas Financeiras	(487.551,71)	(307.156,88)
Receitas Financeiras	1.798.157,36	1.636.311,10
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>(1.572.249,53)</u>	<u>2.116.812,14</u>

LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO

 Presidenta
 CPF 148.545.544-87

AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES

 Assessor Financeiro e Contábil
 Contador CRC-DF 000656/O-8
 CPF 000.068.151-20



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009 (valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016.

Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, modificada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, na NBC T 10.19 sobre Entidades sem finalidade de lucros e nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2010.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado ou como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

b) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado





baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c) Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

d) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e) Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com atendimento pleno da NBC T 10 19 do Conselho Federal de Contabilidade.

f) Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis.

g) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multa e juros bancários e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado:

	2010	2009
Caixa	1.000,00	
Bancos Conta Movimento	500.484,10	304.148,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	11.079.361,14	22.174.403,33
Total	11.580.845,24	22.478.551,33

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2010	2009
Investimentos circulantes		
Mantidos até o vencimento Títulos de Capitalização	154.000,00	252.000,00
Investimentos não circulantes		
Mantidos até o vencimento Títulos de Capitalização	132.380,00	162.000,00
Total	286.380,00	414.000,00

A manutenção de aplicações em Títulos de Capitalização deve-se a necessidade de amparo à parte da garantia de fiança de aluguel da sede da Entidade.

6. CLIENTES

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal já foi emitido:

Clientes	2010	2009
Ministério da Cultura		316.350,00
ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas	118.481,92	
Embaixada Britânica – Mudanças Climáticas		13.985,55
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia	2.350.000,00	
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	7.440.000,00	
Total	9.908.481,92	330.335,55



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus funcionários no início de cada exercício financeiro (janeiro/2011). Em virtude dessa política, foi registrado o montante de R\$ 275.465,45 no ativo circulante, relativo aos adiantamentos de férias pagos aos colaboradores.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e conseqüentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2010	2009
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.201.107,89	1.239.361,00
Instalações	10%	13.008,38	13.008,38
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	42.941,01	41.456,01
Móveis e Utensílios	10%	420.546,81	406.056,81
Equipamentos de Audiovisual	20%	117.387,05	116.927,05
(-) Depreciações		(1.179.302,74)	(1.093.012,19)
Subtotal do Imobilizado		615.688,40	723.797,06
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%	386.182,54	359.633,74
(-) Amortizações		(310.957,66)	(276.625,57)
Subtotal do Diferido		75.224,88	83.008,17
Total do Imobilizado e Diferido		690.913,28	806.805,23



9. FORNECEDORES

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2010	2009
Stallivieri e Gusmão Tecnologia Ambiental Ltda.	10.000,00	
FUNCAMP – Fundação de Desenvolvimento da Unicamp	159.000,00	
CENERGEL – Consultoria em Sistemas Energéticos Ltda.	25.000,00	
Fundação José Arthur Boiteux	50.000,00	
AGM - Miranda Turismo e Representações	74.864,26	58.653,54
SPR - Consultoria em Gestão e Inovação Empresarial		16.000,00
Fundação Carlos Alberto Vanzolini		26.250,00
Fundação Padre Leonel França		50.750,00
Avisa Serviços Técnicos em Vigilância Sanitária, Tecnologia e Meio ambiente S/C Ltda.	24.000,00	24.000,00
IEILA - Escritório Regional do International Energy Initiative		25.000,00
Hytron Indústria, Comércio e Assessoria Tecnológica em Energia...		19.500,00
AEI - Assessoria em Economia e Informação Ltda.		22.500,00
Silvana de Fátima Neitzek – ME	10.000,00	
Outros Fornecedores	28.008,83	28.724,50
Totais	380.873,09	271.378,04

10. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE.

De acordo com o item III da cláusula terceira do Primeiro Aditivo ao novo Contrato de Gestão celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 5.916.479,32, neste exercício.



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência. Tecnologia e Inovação

11. RECEITAS

O CGEE obteve no exercício de 2010 uma receita de R\$ 31.209.474,02 (R\$ 34.423.459,68 - 2009), sendo R\$ 24.600.000,00 (R\$ 22.630.000,01 - 2009) relativos a fomento vinculado ao Contrato de Gestão, com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 14.810.000,00 recebidos no exercício e R\$ 9.790.000,00 escriturado no ativo circulante, R\$ 4.803.223,88 (R\$ 2.824.815,20 - 2009) de Contratos Administrativos - quadro a seguir -, e R\$ 1.806.240,14 (R\$ 1.663.653,43 - 2009) advindos de rendimentos de aplicação financeira, descontos obtidos, recuperação de despesas, cancelamento de contratos e variação monetária ativa.

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2010	2009
Ministério do Desenvolvimento Ind. e Com. Exterior – MDIC	81.600,00	116.280,00
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI	683.047,18	1.495.553,08
Embaixada Britânica - Mudanças Climáticas	-	99.078,15
Embaixada Britânica - Eficiência Energética	406.231,77	279.967,72
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	720.887,43	475.000,00
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	-	316.400,00
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - SAE/PR	-	42.536,25
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABPTI	238.481,92	-
International Development Research Centre – IDRC	170.331,98	-
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	157.020,00	-
Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR – SAE/PR	2.345.633,60	-
Totais	4.803.233,88	2.824.815,20



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência. Tecnologia e Inovação

12. DESPESAS

A execução da despesa no exercício, visando cumprir seus objetivos o CGEE aplicou de R\$ 32.570.390,01(R\$ 25.001.656,50 - 2009), sendo R\$ 27.964.067,14 (R\$ 22.147.707,35 - 2009) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 4.606.322,87(R\$ 2.853.949,15 - 2009) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O CGEE obteve no exercício de 2010 uma receita financeira de R\$ 1.806.240,14, conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.661.261,20	66.352,27
Descontos obtidos	70.174,60	-
Recuperação de despesas	8.082,78	
Variações monetárias ativas	369,29	
Totais	1.739.887,87	66.352,27
Total Geral	1.806.240,14	

- b) Seguros – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.

Brasília, 31 de dezembro de 2010.


LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
Presidenta
CPF nº 148.545.544-87


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Assessor Financeiro e Contábil
Contador CRC-DF 000656/O-8
CPF nº 000.068.151-20



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2010
 CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
(-/+) Déficit líquido do exercício/Lucro líquido do exercício	(1.572.249,53)	2.116.812,14
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	232.225,40	294.661,72
(+) Ajuste de exercícios anteriores	(1.387,35)	-
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	1.066,84	-
	(1.340.344,64)	2.411.473,86
Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	(9.578.146,37)	14.371,95
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(83.684,81)	626.640,59
(+/-) Redução/(Aumento) em aplicações financeiras	127.620,00	(42.000,00)
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	(32.342,65)	(4.471,05)
Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	40.520,67	9.390,63
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	109.495,05	(572.370,68)
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(23.723,40)	70.120,21
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	300,35	(664,55)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(10.780.305,80)	2.512.490,96
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2010	2009
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(90.851,49)	(105.828,43)
(-) Compra do Ativo intangível	(26.548,80)	(54.336,00)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(117.400,29)	(160.164,43)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.897.706,09)	2.352.326,53
4 - VARIÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.897.706,09)	2.352.326,53
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	22.478.551,33	20.126.224,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	11.580.845,24	22.478.551,33


LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO
 Presidenta
 CPF 148.545.544-87


AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
 Assessor Financeiro e Contábil
 Contador CRC-DF 000656/O-8
 CPF 000.068.151-20



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PAR-11/001**

Aos
Administradores do
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio social líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

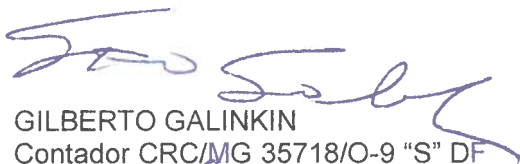
Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2010.



**BAKER TILLY
BRASIL**

MG AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/MG – 005455/O-1 "S" DF


GILBERTO GALINKIN
Contador CRC/MG 35718/O-9 "S" DF


NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO
Contador CRC/DF 013421/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

Às dezesseis horas do dia dezoito (18) do mês de fevereiro de dois mil e onze (2011), na sede do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, realizou-se a vigésima segunda (22ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do CGEE que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pelo Assessor Financeiro e Contábil, os Membros do Conselho Fiscal são de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, bem como os resultados apurados, as mutações do seu patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos em 2010.

O Conselho Fiscal considera que a referida documentação encontra-se em condições de ser encaminhada para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília 18 de fevereiro de 2011.



Ary Braga Pacheco
Presidente



Derblay Galvão
Conselheiro